

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO

SILVA, Lourdes Helena da Silva – UFV

MIRANDA, Élide Lopes – UFV

Agência Financiadora: CAPES/ OBEDUC

Resumo

O movimento da Educação do Campo tem se afirmado em nossa sociedade por um conjunto de lutas e práticas educativas em defesa de outro paradigma de educação, escola, de campo e de sociedade. Nesse contexto, a agroecologia tem emergido como estratégia nas experiências e práticas do movimento. Todavia, ainda são poucos os estudos sobre a temática da Agroecologia no campo da Educação do Campo. A presente pesquisa objetivou analisar a constituição do movimento agroecológico no Brasil e as práticas educativas de um programa de formação de agricultores em agroecologia, visando compreender as interfaces da Agroecologia e Educação do Campo. Metodologicamente, a coleta de dados envolveu os procedimentos da análise documental, observação participante, questionários e entrevistas. Nossas análises revelaram, entre outros, que os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia correspondem à mesma matriz histórica social, constituindo esses movimentos campos de conhecimentos que têm em comum a luta pela terra; enfrentamento do agronegócio; protagonismo dos movimentos sociais; outra concepção de educação, de desenvolvimento, de campo e de sociedade.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Agroecologia; Intercâmbios Agroecológicos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o movimento da Educação do Campo tem se afirmado na sociedade brasileira por um conjunto de lutas sociais e práticas educativas em defesa de um novo paradigma de educação e de escola do campo (MOLINA et al., 2010). Visando implementar processos de formação humana, tendo por base os processos produtivos e as formas de trabalho próprias dos povos do campo

(CALDART, 2008), o movimento da Educação do Campo tem buscado desenvolver práticas educativas que contribuam para ruptura com os modelos de ciência e produção de conhecimento que serviram de base para estruturar o modo de produção capitalista na agricultura (CALDART, 2008; VENDRAMINI, 2010; MOLINA et al., 2010).

As reflexões sobre Educação do Campo são, portanto, indissociáveis do debate sobre a geração de outro projeto de sociedade, de desenvolvimento e do papel do campo nesse modelo. Um projeto comprometido com a garantia das condições dignas de vida para os povos do campo, com a redistribuição de renda, de terra, de poder e de conhecimento.

Pensar a Educação do Campo vinculada a outro projeto de desenvolvimento, de campo e de sociedade é, entretanto, um processo contraditório, que envolve uma tensão permanente entre realidade e projeto, entre o campo real e o campo que se deseja construir, especialmente nesse momento histórico da sociedade brasileira (MUNARIM, 2012; MOLINA; FREITAS, 2012; CALDART, 2010). Analisando a conjuntura atual do campo brasileiro, Michelotti (2008, p. 89) ressalta a necessidade de expansão e consolidação da Educação do Campo em nossa sociedade, devido, sobretudo, “[...] a forte ofensiva do agronegócio, que coloca em risco diversas conquistas históricas da reforma agrária e exige uma resposta dos sujeitos do campo em várias dimensões, inclusive na da produção”.

É no contexto de reação a ofensiva do agronegócio que a agroecologia vem sendo considerada como um instrumento importante na geração de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade. Assim, é possível identificar um conjunto de propostas e práticas agroecológicas presentes no movimento da Educação do Campo. No âmbito do PRONERA, a Agroecologia enquanto matriz técnico-científica inovadora assume uma dimensão central nas reflexões e práticas do movimento da Educação do Campo (MOLINA; FREITAS, 2012; MICHELOTTI; GUERRA, 2011). Também nas experiências de formação no ensino superior existem diversos projetos e programas que assumem a agroecologia como eixo orientador de suas propostas educativas, a exemplo do Programa Residência Agrária desenvolvido pelo PRONERA no âmbito do MDA e, mais recentemente, dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em agroecologia, desenvolvidos pela SECADi, no âmbito do MEC (CALDART, 2010; ROCHA-ANTUNES, 2011; MOLINA et al., 2009).

Assim, é possível constatar que tem sido crescente no âmbito do movimento da Educação do Campo o número de experiências educativas, nos diversos níveis de

ensino, que têm sido orientadas pelo enfoque agroecológico. São experiências educativas diversas mas que, em comum, assumem a agroecologia como matriz inovadora na construção de outro projeto de desenvolvimento, de campo e de sociedade (MOLINA, et al 2010). Todavia, a despeito desse número crescente de experiências educativas com enfoque na agroecologia, uma análise preliminar realizada no banco de Teses da Capes revelou que ainda são escassos os estudos que aprofundam a temática da agroecologia no campo da Educação do Campo. E foi justamente na busca de contribuir para a superação desta lacuna teórica que o nosso estudo buscou avançar na compreensão sobre o movimento da Agroecologia em nossa sociedade e suas possíveis interfaces com o movimento da Educação do Campo. Oriundo de uma pesquisa que, resgatando as origens, trajetórias e princípios dos movimentos da Educação do Campo e da Agroecologia, buscou analisar as práticas educativas construídas pelos Intercâmbios Agroecológicos, um programa de formação em agroecologia das famílias de agricultores que tem sido desenvolvido na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Em termos metodológicos, nossa pesquisa foi orientada pelos pressupostos da abordagem da pesquisa qualitativa. Na coleta de dados utilizamos, de maneira conjugada, os procedimentos técnicos da análise documental, observação participante, questionário e entrevistas. Na interpretação e análise dos dados, utilizamos o Método Análise de Conteúdos de Bardin (1977) que, pelo rigor metodológico, apresentou possibilidades diversas de análises, fornecendo indicadores úteis aos propósitos da pesquisa.

No presente trabalho nossos propósitos são descrever e analisar o processo de constituição do campo agroecológico no Brasil, situando nesse processo o Programa Intercâmbios Agroecológicos que, como uma experiência educativa de formação de famílias agricultoras em agroecologia, nos possibilita um conjunto de dados, análises e reflexões que contribuem para identificarmos os diálogos e os intercâmbios entre os movimentos da Agroecologia e da Educação do Campo.

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

Não é possível a compreensão da constituição do movimento agroecológico no Brasil desvinculado dos impactos, tensões e contradições provocados pela modernização da agricultura em nossa sociedade, assim como das lutas dos povos do

campo em busca de alternativas e estratégias de resistência e sobrevivência no campo brasileiro.

O modelo de modernização da agricultura implantado no Brasil buscou homogeneizar os padrões de produção agrícola, independentemente das relações sociais e produtivas existentes historicamente em nossa sociedade. Assim, além de ter ocasionado impactos sociais e ambientais, foi um processo que ocasionou, de um lado, a expulsão de inúmeros agricultores e trabalhadores do campo e, de outro, a resistência e mobilização desses sujeitos sociais na luta por melhores condições de vida e de trabalho no campo (GRZYBOWSKI, 1987).

Essa resistência materializou-se, entre outras, na emergência e consolidação dos movimentos sociais e sindicais do campo, na organização do movimento ambientalista dos anos de 1970, na realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa nos anos de 1980, na articulação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas - Rede PTA e no aparecimento de diversas iniciativas de experimentação e organização de base voltada para a dispersão de práticas agrícolas alternativas (PETERSEN; ALMEIDA, 2004; LUZZI, 2007; SCHMITT, 2013). Particularmente, a emergência das práticas agrícolas foi motivada pela organização das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs que, fomentando processos reflexivos, saberes e práticas organizativas, possibilitaram um terreno fértil para a promoção da Agricultura Alternativa (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Nesse contexto, o papel das ONGs na consolidação e afirmação de práticas agroecológicas é destacado por Benthien (2007), que reconheceu a contribuição das ONGs tanto pela formação de grupos de assessoramento e acompanhamento aos agricultores em uma melhor compreensão sobre os agroecossistemas quanto pelo desenvolvimento das experiências agroecológicas em diversas regiões brasileiras, assim como na participação em processos de elaboração de políticas de promoção da agricultura familiar. Assim, de acordo com Wezel et al. (2009), a emergência do campo agroecológico no Brasil ocorreu com a presença de diferentes movimentos sociais que, criados na década de 1970, a partir de uma avaliação crítica dos efeitos da modernização agrícola, buscavam implementar práticas agrícolas alternativas.

A construção da agroecologia teve, assim, início de maneira mais sistemática com a articulação das ações inovadoras das ONGs, movimentos sociais, contando, ainda, com a participação de um setor mais intelectualizado da sociedade brasileira que, a exemplo de José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Sebastião Pinheiro,

tornaram-se pioneiros na crítica à Revolução Verde, permanecendo como referências importantes da agroecologia ainda nos dias atuais (PETERSON, 2012). Desse conjunto de integrantes do movimento em defesa da agroecologia emergiu uma visão “ecolibertária”, cuja ideia central foi “a descentralização da economia, do poder e do espaço social, alinhada aos ideais de justiça social e respeito ao meio ambiente, difundidas pelo nome de agroecologia”. A agroecologia surgiu, portanto, como nova proposta para a promoção da sustentabilidade e fortalecimento da agricultura familiar brasileira (ALMEIDA, 1999, p. 92-93).

Após 20 anos da emergência no Brasil, a década de 1990 marcou uma nova fase na qual a agroecologia se afirma como referência conceitual e metodológica importante em nossa sociedade. E nesse sentido contribuíram, nesse processo, a tradução e publicação no Brasil da obra “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” (ALTIERI, 1989); a introdução do conceito de agroecossistema, contribuindo para avançar o debate nos grupos de agricultura alternativa; assim como o fato do enfoque agroecológico ter sido incorporado como base do movimento da Agroecologia no Brasil (PETERSEN; ALMEIDA, 2004).

Aliás, a incorporação do enfoque agroecológico como base do movimento da Agroecologia constitui um marco importante na passagem de uma concepção de agroecologia centrada na difusão de técnicas alternativas - adubação verde, utilização de caldas, entre outras; para uma abordagem que concebe o agroecossistema como unidade de análise e intervenção (LUZZI, 2007; SCHMITT, 2013). Acrescenta-se, ainda, a articulação entre ONGs brasileiras e organizações internacionais que possibilitaram a abordagem agroecológica e novos horizontes para o desenvolvimento de metodologias e práticas agroecológicas inovadoras (VILLAR et al., 2013).

Particularmente, no meio acadêmico, o I Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002, teve papel importante na promoção da rearticulação nacional da agroecologia na sociedade brasileira. Esse evento reuniu diversas organizações e movimentos sociais do campo, trazendo para o debate e para cena política os agricultores familiares e suas experiências concretas na promoção da agroecologia. Essa dinâmica possibilitou com que as diversas experiências espalhadas pelo país pudessem ser compartilhadas, ganhando visibilidades em espaços diferenciados da sociedade. Acrescenta-se ainda, nesse processo de consolidação do conhecimento acadêmico, científico e empírico em Agroecologia, a realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia. Esses dois eventos acadêmicos possibilitaram duas conquistas

significativas para a agroecologia no cenário nacional: a criação tanto da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002; quanto da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-AGROECOLOGIA), em 2004 (LUZZI, 2007; PETERSEN et al., 2009; VILLAR et al., 2013).

Segundo Luzzi (2007), a criação da ANA enquanto uma rede nacional representa importante conquista para o movimento agroecológico, à medida que envolve a participação de uma diversidade de organizações e movimentos sociais que, a despeito das características e interesses também diversos, têm em comum a luta pela defesa da agroecologia e da agricultura familiar camponesa em nossa sociedade. A ANA tem como propósito fortalecer as reflexões sobre as experiências de agroecologia na sociedade brasileira, fomentando e construindo propostas de políticas públicas para uma agricultura mais sustentável, com a participação dos sujeitos do campo, seus movimentos sociais, entre outros (LOVO, 2010).

A criação da ABA-Agroecologia, por sua vez, teve orientação para assumir o desafio de manutenção e fortalecimento de espaços acadêmico-científicos, com a promoção de congressos e seminários, entre outros eventos de divulgação do conhecimento agroecológico, construído de forma participativa; assim como a construção de diálogos com a sociedade para proposição de políticas públicas coerentes com os desafios enfrentados pelo movimento da Agroecologia em nossa sociedade (ABA, 2012).

Acrescentam-se ainda, no âmbito da ANA e da ABA-Agroecologia, as constantes e crescentes iniciativas de inovação sociopolítica e metodológica. Além disso, a aproximação entre essas duas organizações tem sido considerada como um dos fatores que tem contribuído tanto para o fortalecimento do movimento agroecológico em nossa sociedade, quanto para a construção de novas relações da sociedade civil com o poder público. Nesse contexto, o movimento agroecológico tem assumido a compreensão de que o enfrentamento do modelo hegemônico de agricultura é, antes de tudo, um desafio no plano político (PETERSEN, 2008; PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; SOGLIO, 2013; LUZZI, 2007).

Nesse processo histórico de articulações e parceiras, o movimento agroecológico tem, assim, realizado várias conquistas e avanços no cenário nacional, a exemplo do reconhecimento da agroecologia enquanto ciência pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a publicação do Marco Referencial em 2006; a constituição dos núcleos de agroecologia e de grupos de pesquisas em diversas

universidades e institutos de ensino superior; e o reconhecimento pelo Ministério da Educação dos cursos de agroecologia em níveis médio e superior, assim como o reconhecimento dos cursos de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); entre outros. Particularmente, em relação aos cursos de formação em agroecologia, atualmente existem diversos cursos em realização na nossa sociedade, indo de cursos de Tecnólogo e Bacharel em Agroecologia, passando pelos cursos de pós-graduação nas modalidades *lato* e *stricto sensu*, até a existência de cursos de doutorado em Agroecologia (VILLAR et al., 2013).

Além disso, diversos movimentos sociais e sindicais do campo têm incorporado a agroecologia como estratégia política e, assim, implementado ações na promoção da agroecologia. Entre outros, a Via Campesina, que realizou em 2002 a I Jornada de Agroecologia “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos” e, em 2003, por ocasião do III Fórum Social Mundial, lançou a Campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”; o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que promoveu em 2007 a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis; a implementação de diversos cursos de formação em agroecologia nos centros de formação do MST; a Marcha das Margaridas, organizada pela CONTAG, que, no ano 2011, teve como reivindicação o fortalecimento da Agroecologia no seio da agricultura familiar, impulsionando, assim, ações para a criação da Política Nacional de Agroecologia (GUHUR; TONÁ, 2012; VILLAR et al., 2013).

Recentemente, a Agroecologia também conquistou espaço na agenda política nacional com a aprovação do Decreto 7.794/2012 (DOU, 21/08/2012), que instituiu no ano de 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, formulada, de forma participativa, pelos representantes de entidades e movimentos sociais e sindicais do campo - como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), ABA-Agroecologia e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), além de técnicos de vários Ministérios e órgãos públicos federais (MDA, 2013). Essa conquista histórica do movimento da Agroecologia no Brasil é marcada pelo encontro e articulação dos diversos segmentos e movimentos sociais que, na luta pela defesa e afirmação da agroecologia, tem nos últimos anos fomentado espaços de diálogos e reflexões acerca do enfoque agroecológico.

Para Petersen et al. (2013), a PNAPO constitui na atualidade brasileira, uma incomparável oportunidade para as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais envolvidos com a proposta agroecológica canalizarem forças para exercerem pressão política na esfera governamental, visando fazer que a agroecologia se estabeleça no campo social, político e científico com uma estratégia de consolidação de outro projeto de desenvolvimento de campo e de sociedade.

Enfim, o que nos interessa destacar é que, nos últimos 15 anos, o campo agroecológico vem sendo constituído por diversos segmentos e movimentos sociais, por meio de mobilizações, lutas, resistências e persistências do campesinato, visando reduzir os impactos do processo de apropriação das riquezas pelo capital industrial e financeiro ligado ao agronegócio (PETERSEN et al., 2009). Nesse contexto, a agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social representa estratégia importante para o desenvolvimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Entretanto, é importante ressaltar que a implementação da PNAPO se configura em um campo das tensões e contradições em nossa sociedade, dadas a existência de dois projetos de desenvolvimento de campo e de sociedade em disputa no cenário nacional: o agroNEGÓCIO *versus* a agriCULTURA. Enquanto o primeiro assume o modelo de produção que resultou em uma matriz tecnológica, universalizada, controlada pelas empresas, o que configura, atualmente, uma etapa ainda mais violenta do que foi a chamada “revolução verde” (FERNANDES, 2006, 2012); o segundo projeto expressa um compromisso com a agricultura familiar camponesa do século XXI, que inclui a agroecologia como uma de suas estratégias de desenvolvimento.

INTERCAMBIOS AGROECOLOGICOS & A FORMAÇÃO DE AGRICULTORES

Na Zona da Mata de Minas Gerais, a construção da Agroecologia remonta à década de 1980, quando ainda se utilizava o termo agricultura alternativa. Desde as suas origens, o movimento da agroecologia na região tem sido marcado pela articulação estabelecida entre o CTA-ZM, a UFV e os agricultores familiares, a partir de suas organizações e movimentos sociais (CARDOSO; FERRARI, 2006).

Essa tendência de articulação, mobilização e parceria dos sujeitos do campo com instituições de ensino na difusão de experiências em agroecologia tem sido crescente em nossa sociedade na última década. Nesse contexto, as parcerias CTA-ZM, UFV e

organizações e movimentos sociais do campo tem se consolidado, ampliado suas iniciativas e potenciais parcerias na realização de diversos projetos que, por sua vez, tem possibilitado uma maior visibilidade às experiências e práticas agroecológicas em curso na realidade regional, cuja base comum é o reconhecimento e valorização dos conhecimentos das famílias agricultoras (CTA-ZM, 2013).

O movimento agroecológico na Zona da Mata tem, ainda, compartilhado um aprendizado coletivo na implementação de processos educativos que, orientados pela construção de relações dialógicas entre os diferentes sujeitos, favoreça o resgate e a valorização dos saberes populares, numa dinâmica marcada pelo entrelaçamento dos saberes populares e científicos, na produção de conhecimentos novos, úteis e compartilhados: os saberes agroecológicos.

É importante destacar nesse processo histórico de constituição do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas o papel do CTA-ZM, uma ONG que há mais de 30 anos vem realizando ações voltadas para o desenvolvimento da agroecologia na região. Na especificidade dos processos de formação das famílias agricultoras, a implementação e realização do Programa Intercâmbios Agroecológicos têm sido uma das estratégias de difusão de conhecimentos agroecológicos que favorecem maior inter-relação e articulação entre as atividades desenvolvidas pelo CTA-ZM, organizações e movimentos sociais do campo (MOREIRA et al., 2007).

Além das parcerias regionais, o CTA-ZM tem historicamente articulações com Redes Nacionais e Internacionais de Agroecologia como uma das formas de apoio para superação dos desafios enfrentados na promoção da Agroecologia, principalmente os desafios de natureza metodológica. Foi dessa articulação que surgiu, a partir de 2007, os Intercâmbios Agroecológicos como uma das estratégias de construção e fortalecimento da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM, 2008). Assim, criado com o propósito de ampliar as experiências em agroecologia com base nos conhecimentos e práticas das famílias agricultoras, os Intercâmbios Agroecológicos têm sido uma das principais estratégias do CTA-ZM para a promoção da agroecologia na região. Essa experiência de formação das famílias agricultoras em agroecologia tem entre seus fundamentos a metodologia denominada Campesino-Campesino (CAC), desenvolvida nos países da América Central (CTA-ZM, 2008; COSTA et al., 2011; ZANELLI et al., 2013).

Na sua fase inicial, os Intercâmbios Agroecológicos foram realizados com o envolvimento de cerca de 50 famílias agricultoras, em quatro municípios da Zona da

Mata Mineira: Divino, Espera Feliz, Acaiaca e Araponga, além de contar com a presença de estudantes das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs, técnicos do CTA-ZM, professores e estudantes da UFV (MOREIRA et al., 2009). Atualmente, os Intercâmbios Agroecológicos estão sendo desenvolvidos nos seguintes municípios da região: Araponga, Caparaó, Divino e Espera Feliz; além dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, envolvendo a participação de outras organizações e entidades, como Associações de Agricultores Familiares, Cooperativas de Crédito Solidário, Associações de Escolas Famílias Agrícolas, Grupos de Jovens Rurais, Associações de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Cooperativas de Produção, Associações de Terapeutas Naturais, a fora os representantes de Pastorais de Igreja e de Comunidade Quilombola, entre outros. Nessa perspectiva, o trabalho de promoção da agroecologia está associado à luta por direitos e pela participação dos agricultores familiares na formulação e implantação de políticas públicas, além de geração de metodologias e propostas de ação cada vez mais complexas de envolvimento da sociedade civil (ZANELLI et al., 2013).

Os Intercâmbios Agroecológicos, em sua proposta de formação das famílias agricultoras, assume como base dos processos de formação os conhecimentos e as práticas desenvolvidas pelas próprias famílias agricultoras na promoção do conhecimento agroecológico. Assim, na sua realização, o respeito, o resgate e a valorização dos conhecimentos das famílias agricultoras são considerados essenciais no processo de criação e recriação dos saberes agroecológicos que, por sua vez, são construídos numa dinâmica orientada pela prática dialógica. O dialógico, na perspectiva de Paulo Freire, pressupõe um pensar com, diferente do pensar por ou pensar sobre; constituindo assim uma “condição básica para o conhecimento” (FREIRE, 1978, p. 96) e possibilitando a busca e a difusão conjunta de novos conhecimentos, numa dinâmica de entrelaçamento entre os saberes populares e científicos (RIBEIRO; BARBOSA, 2005).

Portanto, na realização dos Intercâmbios Agroecológicos é de fundamental importância a participação das famílias agricultoras que, com seus relatos, dúvidas e questionamentos, favorecem a integração dos sujeitos e dos seus saberes. Assim, como “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende; outro, que aprendendo ensina” (FREIRE, 1987, p. 77), os Intercâmbios Agroecológicos são realizados numa dinâmica que favorece a geração de diálogos com aqueles que estão experienciando, desvelando e recriando práticas e conhecimentos agroecológicos.

Em suas estratégias metodológicas, os Intercâmbios implementam diversos procedimentos técnicos na construção, divulgação e intercâmbio dos conhecimentos agroecológicos, como os Diagnósticos Rápidos Participativos, a Caminhada Transversal, História de Vida e Círculos de Cultura, entre outros dispositivos orientados pelos princípios tanto da Educação Popular em seus princípios Freirianos, quanto na metodologia Campesino a Campesino – CAC.

O CAC é uma metodologia participativa que, partindo das necessidades das famílias agricultoras, suas culturas e condições ambientais, visa desenvolver dinâmicas que desencadeiam estratégias, entusiasmo e protagonismo dos agricultores na descoberta, reconhecimento, aproveitamento e socialização dos conhecimentos da família e da comunidade (MACHÍN SOSA et al., 2012). Um princípio fundamental da CAC é que as famílias agricultoras estão mais propensas a acreditar e desenvolver determinada prática em função do sucesso de sua utilização por outras famílias, do que desenvolver alternativa sugerida por um técnico e/ou um agrônomo. Dai a importância de que famílias agricultoras sejam protagonistas nos processos de geração e partilha de saberes e tecnologias. O sucesso da metodologia CAC encontra-se, assim, nos processos e vivências do “descobrir, reconhecer, aproveitar e socializar o rico acervo de conhecimentos das famílias e comunidades agrícolas, ligado às suas condições históricas concretas e à sua própria

Nos Intercâmbios Agroecológicos a socialização dos saberes e das experiências agroecológicas pelas famílias agricultoras têm sido potencializadas pelo Círculo de Cultura, outra metodologia que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do Programa. Baseada nos referenciais da Educação Popular, sua utilização visa fomentar as múltiplas linguagens criadoras de novos saberes e modos de interação, possibilitando, ainda, momentos de exercícios dialógicos na promoção dos conhecimentos, socialização de práticas e das experiências em agroecologia. Assim, o Círculo de Cultura, mais que uma simples metodologia, torna-se diretriz central de uma experiência que compreende como o aprendizado maior é o aprendizado de “dizer a sua palavra” (FREIRE, 1987).

A Caminhada Transversal, também denominada Caminhada pela Propriedade, constitui outra estratégia adotada pelos Intercâmbios para a análise dos agroecossistemas, com o propósito de fomentar elementos de descoberta, de reflexão e de problematização. Utilizando como recurso a construção de um mapa com a caracterização da propriedade e utilizando elementos presentes no local, a Caminhada

possibilita uma visão espacial do sistema visitado (MOREIRA et al., 2009). Constituindo uma estratégia central dos Intercâmbios, orientada para a observação da dinâmica dos sistemas produtivos, a Caminhada possibilita aos participantes um confronto, em campo, entre suas práticas e as experiências observadas, numa dinâmica de abordagem das informações dialógica, na qual o saber popular e técnico são confrontados, gerando reflexões construtivas (MOREIRA et al., 2009).

Articulado à Caminhada, a utilização da técnica da História Oral nos Intercâmbios Agroecológicos tem como objetivo o resgate e valorização da cultura local e da identidade familiar, assim como a integração da família com todos os integrantes dos Intercâmbios Agroecológicos. É nesse sentido que, normalmente, o ponto de partida das atividades do Intercâmbio ocorre com a apresentação da História de Vida da família agricultora que está recebendo os participantes em sua propriedade. Essa apresentação da História de Vida da família permite a emergência de diversos temas, como a luta pela conquista da terra, as dificuldades e desafios enfrentados, as conquistas e superações vivenciadas pelas famílias na resistência e sobrevivência no campo; entre outros que, muitas vezes, também são reveladores de técnicas de manejo em extinção; de dimensões da estrutura e história familiar, das formas de utilização de mão de obra, entre outros tantos aspectos da vida produtiva e sociofamiliar (MOREIRA et al., 2009; COSTA et al., 2011).

Os Círculos de Cultura, por sua vez, são utilizados como estratégia para a socialização e sistematização dos saberes e das experiências que emergem por ocasião da realização dos Intercâmbios Agroecológicos. Buscando ser provocativo e instigando questionamentos dos participantes, nos momentos dos Círculos de Cultura as famílias agricultoras têm a oportunidade de exporem e confrontarem suas ideias, dúvidas, questões e/ou sugestões, numa dinâmica na qual pensamento, reflexão e avaliação se realizem coletivamente.

Em síntese, interessa-nos destacar que os Intercâmbios Agroecológicos constituem um programa de formação de famílias de agricultores que, orientados pelos princípios do CAC e da Educação Popular, utilizam de estratégias metodológicas que conjugam História de Vida; Caminhada pela Propriedade e Círculo de Cultura, numa dinâmica que envolve a problematização do tema proposto, observações da propriedade; socialização dos saberes e das experiências; finalizando com uma avaliação do Intercâmbio Agroecológico pelos seus participantes. Constituem, assim, momentos formativos nos quais as famílias agricultoras têm a oportunidade de compartilhar suas histórias de vida,

seus modos de produção de vida e as práticas desenvolvidas na propriedade, além de favorecer trocas e compartilhamento de saberes e experiências a partir do agroecossistema visitado. Assim, os Intercâmbios Agroecológicos têm favorecido mais que a formação das famílias agricultoras em agroecologia: a vivência de sua dinâmica educativa a partir do vivido e experimentado pelas famílias, também tem estimulado o aprendizado e a troca de saberes construídos tanto na articulação do conhecimento prático e conhecimento científico sobre os agroecossistemas, quanto no estímulo à capacidade de observação da natureza por parte das famílias agricultoras. Nesse aspecto, o estudo realizado de Costa et al. (2011) revelou que os Intercâmbios Agroecológicos da Zona da Mata de Minas Gerais têm assumido papel muito importante na construção de uma relação mais harmônica das famílias agricultoras com a natureza, numa perspectiva de integralidade e complementaridade entre os sistemas, horizontalizando a importância do ser humano e de todos os outros elementos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das análises e reflexões construídas na pesquisa sobre o movimento da agroecologia em nossa sociedade revelam, entre outros aspectos, que os princípios da Educação do Campo e da Agroecologia correspondem à mesma matriz histórica social, constituindo esses movimentos dois campos de conhecimentos que têm em comum a luta pela terra e pela vida; o enfrentamento do agronegócio; o protagonismo das organizações e movimentos sociais e sindicais; outra concepção de educação; e a afirmação do projeto de desenvolvimento de campo com ênfase na agricultura familiar e na agroecologia popular.

Sob essa lógica, podemos afirmar que a Educação do Campo e a Agroecologia buscam romper com paradigmas tradicionais, afirmando princípios do protagonismo das famílias agricultoras como produtoras de conhecimentos, pesquisadoras de suas próprias experiências, que buscam e reivindicam alternativas que contemplem seus modos de produção de vida, de trabalho e cultura.

E nesse aspecto, os Intercâmbios Agroecológicos constituem uma experiência educativa original que materializa e expressa vários elementos de diálogo e interface entre a Educação do Campo e a Agroecologia. Assim, além de conjugar estratégias metodológicas de natureza participativas e dialógicas, como o Método Campesino a Campesino, História de Vida e Caminhada Transversal; têm suas dinâmicas e processos

educativos orientados pelos princípios da Pedagogia Freiriana e da Educação Popular. Além do desenvolvimento de práticas educativas inovadoras na formação das famílias agricultoras, os Intercâmbios também têm contribuído para consolidar uma abordagem de agroecologia popular, que mobiliza e articula espaços diversos de diálogos na construção do movimento agroecológico na região - tanto no interior dos Intercâmbios, quanto nas organizações, movimentos sociais e experiências regionais de Educação do Campo.

Afirmar a existência de uma abordagem de agroecologia popular na experiência dos Intercâmbios provoca, por sua vez, a necessidade de avançarmos em nossas reflexões sobre as possibilidades e desafios enfrentados na articulação do movimento da Agroecologia com o Movimento da Educação do Campo. Nesse aspecto, um dos desafios refere-se às práticas educativas de Agroecologia que têm sido realizadas no âmbito das experiências educativas, especificamente nos cursos de níveis profissionalizantes, de graduação e de pós-graduação. Isso porque, consolidar uma agroecologia popular implica a afirmação da agroecologia na tríade ciência, prática e movimento social que, construída em diálogo com a Educação do Campo, apresentam potencialidades nos processos de transformação do campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. 1. ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. v. 7, p. 67-86.

CALDART, R. S. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2000, Caxambu, MG. **Resumos...** Caxambu, MG, 2000.

CALDART, R. S. A Educação do campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel. (Org.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2010. p. 145-187.

CARDOSO, I. M.; MANCIO, A. B. Conhecimento científico e popular na construção da agroecologia. In: LANA, R. P.; GUIMARÃES, G.; VELOSO, C. M.; MACHADO, T. M. M.; SOUZA, M. R. M.; MÂNCIO, A. B.; LIMA, D. V.; SILVA, J. C. P. M. (Org.). SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, 2., 2010, Viçosa, MG. **Anais...** Viçosa, MG: Imprensa Universitária, UFV, 2010. p. 259-269.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Agriculturas**, v. 13, p. 28-32, 2006. Disponível em: <<http://agriculturas.leisa.info>>.

COSTA, L. M. V. D. L.; CARDOSO, I. M.; SILVA, B. de M. Agricultores/as agroecológicos/as e sua relação com a natureza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA – Agroecologia e os biomas brasileiros, 7., 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2011.

FERNANDES, B. M. MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. In: EMIR, Sader; JINKINGS, Ivana. (Org.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. v. 1, p. 820-821.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira conferência nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, C. M. (Org.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 19-63.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 21, 184 p. (Col. O Mundo, Hoje).

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 1, p. 17-31, 2012.

MOLINA, M. C. **Cultivando princípios, conceitos e práticas da educação do campo**. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 2009. v. 15, p. 30-39.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: Nead, 2010. v. 1, 211 p.

MOLINA, M. C. Residência agrária: concepções e estratégias. In: MOLINA, Monica Catgana; ESMERALDO, Gema; NEUMANN, Pedro; BERGAMASCO, Sonia (Org.). **Educação do campo e formação profissional: a experiência do programa residência agrária**. 1. ed. Brasília: Nead, 2009. v. 1, p. 17-28.

MOREIRA, V. D. L.; BRENO, M.; DAYRELL, L. S.; CARNEIRO, J. J. Intercâmbios para troca de saberes – Fortalecendo a Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, nov. 2009.

PALUDO, C. Da raiz herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação do e no campo: um olhar para a trajetória de educação do MST. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2007.

PETERSEN, P.; DAL SÓGLIO, F.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato: trajetória, desafios e perspectivas da Agroecologia nas instituições científico-acadêmicas Brasileiras. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ROSA, P. P. V.; FREIRE, J. M. **Agroecologia: saber científico ou popular?** Breves contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos. [S.l.]: Universidade Federal Fluminense, 2010. n. 22, 193 p.

SILVA, M. do S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 60-93.

SOUZA, M. A. **Educação e movimentos sociais do campo**: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007. 1. ed. Curitiba: UFPR, 2010. v. 1, 328 p.

VILLAR, J. P.; CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A.; DAL SOGLIO, F. K. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de. (Org.). **Agroecologia princípios e reflexões**. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2013. v. 1, p. 37-72.

VENDRAMINI, C. R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**. 1. ed. Brasília: MDA/MEC, 2010. v. 1, p. 127-135.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. *Agron. Sustain. Dev.* 2009. Disponível em: <www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 23 jan. 2012.

ZANELI, F. V.; SILVA, L. H.; MIRANDA, É. L.; CARDOSO, I. M. Intercâmbios agroecológicos: encontros entre educação do campo e agroecologia na Zona da Mata, MG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA – Construindo princípios e diretrizes, 1., 2013, Recife, PE. **Resumos...** Recife, 2013.